



Parlamentares também apreciaram o projeto que garante abono extraordinário para o magistério

O cronômetro do painel eletrônico do plenário registrava os últimos 46 segundos para o encerramento dos trabalhos por falta de quórum, na sessão desta terça-feira (14). Uma questão de ordem levantada pelo líder do governo, deputado Rosemberg Pinto (PT), no entanto, garantiu a aprovação por unanimidade do Programa Bahia pela Paz e do abono extraordinário para o magistério. O acordo celebrado com o líder da oposição, Alan Sanches (PSD), vedava, por outro lado, a apresentação de requerimentos de urgência que o líder adversário pretendia apresentar.

O Programa Bahia pela Paz estava obstruindo a pauta e começou a ser apreciado na semana passada. O deputado Robinson Almeida (PT) chegou a dar o parecer oral em plenário, mas Alan Sanches fez um pedido de vistas e interrompeu os trabalhos naquela ocasião. Zé Raimundo Fontes (PT) iniciou a ordem do dia desta terça-feira (14) retomando exatamente este momento da votação que resultou em aprovação unânime no âmbito das comissões. Apenas Hilton Coelho (Psol) e Dr. Diego Castro (PL) fizeram encaminhamento sobre a apreciação, mas já em plenário.

Plenário aprova criação do Programa Bahia pela Paz

TEXTO

Hilton já havia anunciado que votaria favoravelmente, mas aproveitou a ocasião para elencar uma série de críticas ao texto enviado pelo governo. Para ele, faltou um debate mais dedicado ao assunto, incluindo a participação dos secretários da Segurança Pública, Marcelo Werner; e dos Direitos Humanos, Felipe Freitas. O psolista disse que faltou fazer uma análise da experiência de 22 anos do Pacto Pela Vida, durante o qual, segundo ele, a Bahia conheceu aumento significativo nos números da letalidade policial. Dr. Diego Castro também fez críticas ao Pacto Pela Vida, assim como o Bahia pela Paz, considerando o último um conjunto de generalidades sem apresentar efetivamente ações.

O Bahia pela Paz foi trazido à Assembleia Legislativa

pelo próprio governador Jerônimo Rodrigues há exatos dois meses. A iniciativa promete promover ajustes em relação ao Pacto Pela Vida no que tange à governança e à criação de novos cargos, visando fortalecer e aprimorar a capacidade de proteger e servir à comunidade baiana, contribuindo assim para a eficiência e eficácia. As modificações na estrutura de cargos em comissão produzirão um acréscimo anual de despesa na ordem de R\$ 403,47 mil.

ABONO

O abono extraordinário é destinado aos ocupantes de cargo público efetivo e cargo comissionado do quadro do magistério, além dos professores contratados pelo Regime Especial de Direito Administrativo (Reda), que se encontrem

em efetivo exercício na Educação Básica da Rede Pública do Estado. O benefício alcança também os professores inativos.

De acordo com a mensagem governamental, o abono foi proposto como meio de valorização dos profissionais do ensino, sendo calculado a partir do rateio do valor equivalente ao montante de 30% da parcela dos recursos devidos pela União ao Estado da Bahia, por meio de precatório judicial, a título de complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) este ano.

A pretensão do Governo do Estado era garantir a urgência para o reajuste linear do funcionalismo público, mas as galerias estavam lotadas para tentar evitar a aprovação. Representantes sindicais defendem a cifra de 10% enquanto a mensagem do Poder Executivo estabelece 2% este mês e outros 2% em dezembro. Os opositoristas garantem que não haverá acordo para aprovar a proposta atual, o que significa que a bancada da maioria vai ser obrigada a garantir o quorum de 32 deputados para aprovar não só o projeto como também a urgência, o que pode ocorrer já na sessão desta quarta-feira.

Direto do Plenário

O pequeno expediente da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), desta terça-feira (14), foi conduzido pelo vice-presidente Zé Raimundo Fontes (PT), que dirigiu os trabalhos indicando o uso da palavra aos nomes inscritos para o horário. As galerias Paulo Jackson foram ocupadas por servidores públicos estaduais, que aguardavam a apreciação de projetos do Executivo relacionados às categorias, tais como o pagamento do abono e o reajuste salarial de 4%. Em questão de ordem, o líder da minoria, deputado Alan Sanches (UB), informou que sua bancada apresentou emenda alterando o reajuste para 10%.



Vitor Bonfim (PV) fez um apelo à oposição para votar o PL que versa sobre o abono extraordinário de 30% dos recursos dos precatórios aos professores ativos, aposentados e Reda, para garantir o pagamento ainda esse mês. Também destacou a inauguração, com a presença do presidente Lula, do Hospital Costa das Baleias, em Teixeira de Freitas.

Hilton Coelho (Psol) definiu como 'inaceitável' a proposta de 4% de aumento proposto pelo Governo do Estado aos servidores, dividido em duas parcelas de 2%, defendendo sua retirada da pauta de votação e urgente retomada da mesa de negociação com proposta inicial de 10%. Segundo o psolista, o Dieese estima perda salarial de cerca de 50% no período.

Robinho (UB) atribuiu a "fase ruim" do Planserv à redução do subsídio do governo ao plano, que caiu de 5% para 2% na gestão do ex-governador Rui Costa. Anotou como fundamental para região a chegada do Hospital Costa das Baleias, porém desaprovou a fala do presidente Lula, que criticou a ausência do prefeito local na inauguração.

Fabiola Mansur (PSB) colocou-se como porta-voz para negociação com o governo, saudando a presença dos servidores na ALBA. Ela elogiou a entrega do Hospital Costa das Baleias,

detalhando o investimento, e registrou a assinatura de cooperação técnica da Procuradoria da Mulher da Casa, da qual é a procuradora, com a Polícia Civil da Bahia.

José de Arimateia (Republicanos) externou seu apoio à causa dos servidores presentes na sessão. Expressou sua solidariedade às vítimas das inundações que atingem o Rio Grande do Sul, ao passo que defendeu a adoção de medidas preventivas contra eventos climáticos dessa proporção, fazendo o alerta para fiscalização de barragens na Bahia.

Dr. Diego Castro (PL) demonstrou apoio ao pleito dos servidores, desaprovando a proposta de reajuste em análise. Reiterou as críticas ao projeto que cria o Bahia pela Paz, questionando impacto financeiro e prioridades do programa. Registrou ainda audiência pública, de sua iniciativa, que discutiu, pela manhã, invasões de terra no Extremo Sul baiano.

Fátima Nunes (PT) destacou as realizações do governador Jerônimo Rodrigues no município de Fátima, no agreste baiano, como entrega de colégio de tempo integral e ônibus escolar rural, pavimentação asfáltica, nova delegacia e unidade de saúde, além de autorizações de pavimentação de rodovias, trecho entre Cícero Dantas, Fátima e Paripiranga, e o acesso entre Fátima e Heliópolis.

O deputado Fabrício Falcão (PC do B) apresentou, na Casa Legislativa, uma moção de congratulações à guarnição da Polícia Militar de supervisão operacional do CPAp, pelo salvamento de uma recém-nascida no último dia 30 de abril na capital baiana.

Segundo o parlamentar, "a recém-nascida foi prontamente socorrida pela brilhante equipe com a manobra de Heimlich resultando na desobstrução e retorno de sua respiração sendo posteriormente levada ao pronto atendimento da UPA, onde foi acolhida pela equipe médica permanecendo em observação".

O comunista salienta que não poderia deixar passar em branco "o ato de amor e de responsabilidade com o próximo da

Fabrício Falcão aplaude ação da Polícia Militar



Deputado
Fabrício Falcão
(PC do B)

guarnição. Assim, manifesto meus sinceros aplausos a guarnição da Polícia Militar de supervisão operacional do CPAp, a todos os policiais militares envolvidos em especial ao capitão PM Thiago Duarte Silva Sales, Mat.: 30.413.438, soldado 1ª CI PM Halline Nicolas Almeida Rocha, Mat.: 30.526.829; soldado 1ª CI PM Jadson Oliveira Santos Portela, Mat.: 92.016.024, pelo brilhante e rápido acolhimento".

Por fim, Fabrício Falcão solicita que seja dada conhecimento de sua moção ao governador Jerônimo Rodrigues, ao secretário de segurança pública, Marcelo Werner e aos militares responsáveis pelo salvamento.


 AGORA É LEI

AGORA É LEI

Ônibus devem disponibilizar na Bahia cadeiras de segurança para crianças

O governador Jerônimo Rodrigues sancionou e as empresas de ônibus intermunicipais e estaduais na Bahia têm que disponibilizar assentos infantis, bebês conforto para crianças de até um ano de idade ou 13 quilos, e cadeirinhas de segurança para menores de 1 a 7 anos e meio. Cada ônibus deve reservar no mínimo quatro assentos para instalação dos equipamentos, sendo dois para o bebê conforto e dois assentos para a cadeirinha.

O projeto, que agora é lei, é do deputado Marcinho Oliveira (UB), para quem “viajar de ônibus com a criançada pode ser uma experiência em família muito divertida”, ao frisar que “a utilização do bebê conforto e cadeirinha de segurança nos ônibus intermunicipais e estaduais é um direito à vida e um dever da sociedade e dos órgãos competentes com o propósito de proteger e garantir a segurança das crianças”.

O parlamentar questiona se as empresas de transporte coletivo têm adotado medidas para proteger as crianças no interior dos ônibus. “Como é sa-



Deputado
Marcinho Oliveira
(UB)

bido, em um acidente, o uso do cinto significa a diferença entre sair bem ou ferido, vivo ou não. Mas, e no caso de uma criança, o cinto não asseguraria a total proteção, pois não evitaria a projeção de seu corpo”, explica, destacando que, se estiver a bordo do equipamento correto e apropriado essa mesma criança estará protegida de forma significativa.

“O uso do bebê conforto e da cadeirinha de segurança dá uma mobilidade maior e uma segurança no transporte público como um todo”, defende o parlamentar, que apresentou

o projeto de lei levando em conta a Resolução 277, de 28 de maio de 2008, que “dispõe sobre o transporte de menores de dez anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos”. Ele afirma que apresentou a proposição legislativa para adaptar e garantir maior cuidado com as crianças em transportes coletivos principalmente nos ônibus intermunicipais e estaduais.

Por fim, o deputado faz um alerta. “Para a sua tranquilidade e de toda a família, a criança deve ser transportada

nos bebês confortos no caso de bebê até 1 ano de idade ou 13 quilos, e nas cadeirinhas de segurança de 1 ano de idade até os 7anos e meio. Imagine que ocorre uma colisão com o ônibus que a transporta ou até um acidente. A criança, não sendo transportada nesses equipamentos, pode sofrer maiores escoriações e ferimentos, sofrer maior deslocamento e até ser arremessada para fora do veículo dependendo do impacto da batida já que viaja solta, ou seja, sem o uso desses equipamentos de segurança”.

A partir de agora, o Estado, através da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba) vai fiscalizar e fazer cumprir a lei e a aplicação das penalidades previstas. A fiscalização será feita nos terminais rodoviários, na saída dos veículos, e em blitz realizadas nas estradas. As empresas de transporte que não cumprirem com as determinações terão de pagar multa entre dois e quatro salários mínimos.

Galo defende reconhecimento de colônias de pescadores como patrimônio cultural

O reconhecimento da importância cultural das colônias de pescadores para a Bahia ganha destaque através de um projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa. Proposto pelo deputado Marcelino Galo (PT), o projeto visa oficializar as colônias de pescadores como Patrimônio Cultural Imaterial da Bahia.

Ao justificar a medida, Galo destacou o papel histórico das colônias de pescadores desde a sua origem, remontando a 1945, período de redemocratização do país. “Essas organizações surgiram como entidades sindicais de primeiro grau, em um contexto de intensa mobilização do movimento operário e sindical. O reconhe-



Deputado
Marcelino Galo
(PT)

cimento das colônias como patrimônio cultural é visto como uma forma de valorizar não apenas o trabalho dos pescadores, mas também a sua cultura e tradições”, afirmou ele.

Segundo Galo, ao longo dos anos, as colônias de pescadores se tornaram centros de atividades culturais e sociais em diversas comunidades da Bahia. “A Festa de Iemanjá, por exemplo,

é destacada como uma das manifestações mais significativas, reunindo adeptos do candomblé, turistas e pescadores para homenagear a mãe d’água e celebrar a cultura baiana”, exemplificou ele.

O deputado petista ressaltou a importância de avançar na organização dos trabalhadores da pesca, reconhecendo suas contribuições não apenas para a economia, mas também para a identidade cultural do estado. Além disso, a proposta busca fortalecer os laços culturais e econômicos dos pescadores com a terra e sua cultura, garantindo o devido reconhecimento e proteção às suas tradições.



Solenidade realizada no Salão Nobre da Casa contou com a participação de parlamentares e outras autoridades estaduais



ALBA firma convênio com Polícia Civil para defender mulheres em situação de violência

A Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), através da Procuradoria Especial da Mulher (PEM), e a Polícia Civil do Estado da Bahia, por meio do Departamento de Proteção à Mulher, Cidadania e Pessoas Vulneráveis (DPMCV), firmaram parceria, na manhã desta terça-feira (14), no Salão Nobre da Casa, para instituir um programa de atendimento jurídico e psicossocial destinado a mulher em situação de violência, especialmente violência doméstica e familiar, encaminhada pelas Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (Deams).

Durante a solenidade, o presidente da ALBA, deputado Adolfo Menezes, fez questão de parabenizar a PEM na pessoa da deputada Fabíola Mansur (PSB), procuradora-chefe, pela iniciativa de criar este serviço, que passa a ser oferecido pela Casa em parceria com a Polícia Civil da

Bahia. “É fundamental que os poderes constituídos na Bahia e também no Brasil, bem como o conjunto da sociedade organizada, entendam que esta chaga chamada violência contra a mulher é inaceitável sob todos os aspectos. Seja violência doméstica, violência familiar ou qualquer outra forma de violência. O fato é que não podemos mais, em nenhuma hipótese, tolerá-la entre nós, qualquer que seja o seu grau”, afirmou.

De acordo com o secretário de Segurança Pública, Marcelo Werner, o convênio assinado representa “mais um ato da rede de proteção às mulheres que se soma às outras ações implementadas pelo governo, como a criação do Batalhão de Proteção às Mulheres, ampliação das Deams e Neams, que atualmente já somam 28 unidades. Tudo isso coordenado em proteção às mulheres, por-

que, como diz o governador Jerônimo Rodrigues, polícia é segurança pública, mas segurança pública não é somente polícia”, ressaltou.

Para a procuradora da mulher na ALBA, deputada Fabíola Mansur, “a cooperação entre órgãos estaduais no combate à violência contra a mulher é uma prioridade política em um cenário onde a segurança e os direitos das mulheres são constantemente desafiados. É imperativo que os órgãos assumam uma postura unificada e decisiva, unido forças para fortalecer nossas estratégias de prevenção, ampliar o alcance dos serviços de apoio às vítimas e garantir que a aplicação da lei seja rigorosa e eficaz”.

A delegada-geral da Polícia Civil, Heloísa Brito, agradeceu o apoio, empatia e gentileza do presidente Adolfo Menezes e disse que o secretário Werner se sente indig-

nado em relação à violência sofrida pelas mulheres. “Pessoas que se sentem indignadas com esta violência são as que promovem as verdadeiras transformações e hoje vemos, aqui neste ato, um conjunto de pessoas indignadas com esta situação”, ressaltou. Ainda falaram elogiando o acordo de cooperação as deputadas Cláudia Oliveira (PSD), Maria del Carmen (PT) e Soane Galvão (PSB).

A cerimônia de assinatura do termo de cooperação técnica entre as instituições envolveu, além dos já citados, os deputados Hassan (PP) e Raimundinho da JR (PL), a diretora do DPMCV, delegada Patrícia Barreto e as delegadas e delegados das unidades Especializadas de Atendimento à Mulher da Polícia Civil. Todos os deputados presentes fizeram questão de assinar o termo como testemunhas do ato.

Plano de investimentos da Coelba é debatido na Comissão de Infraestrutura

A Comissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico da Assembleia Legislativa reuniu, na manhã desta terça-feira (14), deputados, representantes de setores econômicos e de classes de trabalhadores, da sociedade civil, do governo e superintendentes da concessionária de distribuição de energia Coelba a fim de discutir, em audiência pública, os gargalos para o desenvolvimento econômico da Bahia devido à ausência da oferta de energia elétrica em territórios baianos.

O debate, que teve como ponto central investimentos de R\$ 13,3 bilhões anunciados pela Coelba e, também, problemas de distribuição e oferta de energia em todo a Bahia, contou com a participação dos deputados Eduardo Salles (PP), presidente do colegiado, e Robinson Almeida (PT), proponente da audiência, que liderou os trabalhos. Ficou a cargo da superintendente institucional da empresa, Maria Helena, e do superintendente técnico, Tiago Martins, a explanação sobre investimentos em infraestrutura anunciados pela companhia até 2027.

Também foram convidados à mesa a vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fiepb), Renata Lomanto; o superintendente de Energia e Comunicações da Secretaria estadual de Infraestrutura (Seinfra), Celso Rodrigues; o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurante (Abrasel), Leandro Menezes e o diretor do Sindicato dos Eletricistas (Sinergia), Gilberto Santana.

Bastante movimentado, o evento contou ainda com a presença dos deputados Pedro Tavares (UB), Raimundinho da JR (PL), Bobô (PC do B), Luciano Araújo (SD), Jordavio Ramos (PSDB), Hassan (PP), Robinho (UB) e da deputada Cláudia Oliveira (PSD).

Robinson Almeida disse que o objetivo era ouvir, da Coelba, qual o cronograma do plano de investimento, para que a Comissão possa acompanhar e fiscalizar. "Falo isso porque, primeiro, é nossa obrigação institucional e, segundo, porque todos nós sabemos que estamos há três anos e três meses do final dessa concessão. Então, nós temos já um prazo para esses investimentos serem concluídos, sob pena de a gente não ter como dar continuidade a essa ação, a esse plano", disse o parlamentar.

Ele acrescentou que, "em agosto deste ano, a empresa, se quiser, pode solicitar a renovação por mais 30 anos da concessão. E o Ministério de Minas e Energia e a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica, responsável pela regulação das concessões no setor) têm até um ano e meio após o pedido para se manifestar e responder. No contrato, reza que, caso não haja nenhuma manifestação dos órgãos federais, o contrato será renovado automaticamente. Então, nós estamos preocupados com essa situação, porque é público e notório que a Coelba, infelizmente, por três anos consecutivamente, pontua como um órgão campeão em queixa dos consumidores avaliados pelo Procon. Isso, por si só, já diz o grau de insatisfação que a população tem em relação a oferta desse serviço de distribuição de energia".

Convidado a falar em seguida, o superintendente de Energia e Comunicações da Seinfra, Celso Rodrigues, apresentou um panorama da operacionalização de energia no Estado, dividido em três grandes setores: geração, transmissão e distribuição. Neste último, incluiu-se a Coelba. Segundo ele, de 1997, quando houve a privatização



Audiência pública promovida pelo colegiado presidido por Eduardo Salles (PP) ocorreu por iniciativa de Robinson Almeida (PT)

da companhia, para cá, houve grande avanço nos dois primeiros setores, que, de totalmente dependentes da matriz hidrelétrica da Chesf, hoje tem grandes fazendas de energia eólica e solar e várias redes de transmissão privadas para esse novo aporte de energia, representando mais de 60% da produção no Estado.

De acordo com Celso Rodrigues, no entanto, a distribuição de energia, que ficou a cargo da Coelba, responsável pelo abastecimento de 415 municípios, sofreu uma defasagem muito grande com relação à demanda energética no setor, atravancando o desenvolvimento econômico no estado. Ele explicou que, embora a universalidade da distribuição da energia tenha avançado com o projeto Luz para Todos, com 710 mil ligações em todo a Bahia e uma demanda ainda de 30 mil ligações, atualmente há a necessidade de energia com qualidade, sem interrupções e queda de tensão, e com o sistema trifásico, possibilitando o incremento da produção, sobretudo na região do semiárido. Por fim, ele disse que não existe mais, para a Coelba, o álibi de que há um gargalo no setor de transmissão.

INVESTIMENTO

Após a explanação do representante da Seinfra, os superintendentes da Coelba apresentaram o plano de execução de obras da Coelba. Maria Helena, reforçou o compromisso de realizar os investimentos da ordem de R\$ 13,3 bilhões, segundo ela, o maior da história da distribuidora de energia.

O superintendente técnico da empresa, Tiago Martins, iniciou a explanação afirmando que, somente neste ano, estão sendo investidos R\$ 3 bilhões. Nos quatro anos, serão um milhão de novas ligações e 1.800 empregos gerados. Serão construídas 28 novas subestações de energia, 43 serão ampliadas e serão construídos 4.390 km de linhas de subtransmissão, com um incremento de 20% de potência ampliada em todo o Estado (1.402 MVA). Já em 2024, serão entregues 8 novas subestações, 4 ampliações e 290 km de linhas.

DEBATE

Após a demonstração do plano pelos prepostos da Coelba, Robinson Almeida disse que os dados apresentados mostram o tamanho do retardo na rede de distribuição de energia na Bahia. "Em 2024, creio que não vamos ter uma mudança estrutural de oferta em energia. No final de 2027, tere-

mos 20% de acréscimo. Isso mostra o atraso que temos nessa demanda. A Coelba informa aqui que terá mais de um milhão de consumidores. Se temos seis milhões de consumidores, temos uma demanda de 15% para os próximos anos. Serão mais 20% de potência instalada", constatou.

Ele falou que gostaria que a Coelba tivesse flexibilidade de discutir casos muito agudos, para que haja uma antecipação em algumas obras do cronograma. "Eu falo especialmente dessas regiões turísticas do Estado, o Sul, o Extremo Sul, o Litoral Norte, Salvador e Região Metropolitana, porque sofrem na sua economia na alta estação. Há questões de urgência. Essa região industrial que quer se instalar na nossa fronteira no Oeste, na Chapada, no São Francisco. Há empreendimentos parados por anos, e creio que isso deveria estar em uma lógica de prioridade e estudos, com eventuais antecipações de prazos nesses casos mais graves".

O presidente da Comissão de Infraestrutura, deputado Eduardo Salles, fez críticas ao atraso na infraestrutura de distribuição da Coelba. "É difícil para toda a população baiana entender que nós tivemos 27 anos de concessão – estamos há três de vencer a concessão – e ao longo destes anos não tivemos o serviço prestado. E vejo que os dirigentes (da Coelba) aqui têm uma missão muito difícil, que é trocar o pneu com o carro andando. Na verdade, temos, hoje, uma deficiência muito grande. A população, na ponta, sofre muito com a queima de equipamentos, com a falta de energia elétrica".

O chefe do colegiado lamentou que produtores rurais tenham grandes prejuízos por falta de energia. "Os produtores de leite, na região de Itabuna, estavam há uma semana sem poder produzir leite, por uma simples questão de poda. É uma coisa triste um segmento inteiro que vive daquilo ali perdendo tudo porque não tem energia elétrica".

Eduardo Salles cobrou a apresentação, a cada três meses, das obras realizadas dentro do cronograma do plano da Coelba. Também criticou os critérios cobrados pela Aneel às empresas distribuidoras de energia, principalmente se comparados aos índices obrigatórios em outros países. "Esses índices da Aneel têm que ser modificados. Temos cobrado isso. E eles disseram que estavam agora soltando novas portarias".

Por fim, ele cobrou que a empresa, além de investimentos em subestações, faça investimentos em manutenções, podas de árvore e outras

ações do dia a dia. "Se a Coelba não fizer isso, nada vai resolver", afirmou, lembrando que a Casa legislativa está disponível para compor novas leis que facilitem as atividades no setor.

O deputado Raimundinho da JR (PL) fez uma queixa mais contundente à companhia que, segundo ele, esqueceu de colocar Dias d'Ávila, cidade onde reside, no eixo das obras planejadas. Também se mostrou desconfiado de um plano de investimento que chega após 27 anos, próximo ao final do contrato de concessão. "Como vou acreditar em vocês? Vocês tiveram 30 anos e, só agora, faltando três anos para renovar, vocês vêm aqui mentir. Eu não acredito. Eu sou um prejudicado. Eu comprei uma indústria no Rio de Janeiro para instalar em Luís Eduardo Magalhães e tive prejuízos grandes, porque vocês não tinham condições de fornecer energia para eu colocar a indústria. Vejam que irresponsabilidade da Coelba. Na minha cidade, é constante a queda, a falta de energia. Esta Casa nunca vai ceder a vocês. Não vamos ficar calados com tanta coisa errada dessas concessionárias, que estão aqui só para ganhar o bônus, e nada se faz por nosso Estado. Ninguém suporta mais", desabafou o deputado.

Para a deputada Cláudia Oliveira, é preciso garantir o investimento no setor, pois a população vem sofrendo com a queima de eletrodomésticos e com a falta de energia. "Vamos sair do papel, vamos para a prática e dar ao povo baiano o que ele realmente merece", declarou.

O deputado Robinho (UB) disse que falta articulação e vontade política entre autoridades baianas, bem representadas no governo federal, para que sejam tomadas providências a partir da agência reguladora federal, a Aneel. "Se a Coelba não está cumprindo a sua obrigação, que o órgão regulador faça a imposição do que é de direito ou não. Querira conchamar as forças políticas da Bahia, que têm uma ligação muito forte com o governo federal, para que pudéssemos tomar atitudes para que essa empresa, que é de suma importância para o povo baiano, possa cumprir sua missão".

Robinson encerrou o evento deixando o indicativo de se fazer mais duas audiências sobre a Coelba no segundo semestre deste ano. A primeira para discutir o modelo de concessão existente de monopólio privado. A segunda, em agosto, para verificar o quê do plano de investimento recebeu o status de execução, com detalhes.

Colegiado promove debate sobre as invasões de terras na Bahia

Em audiência pública proposta pelo deputado Dr. Diego Castro (PL), a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública discutiu, na manhã desta terça-feira (14), sobre a situação dos proprietários rurais do Extremo Sul da Bahia, cujas terras, segundo eles, foram invadidas por indígenas nos últimos anos.

Na audiência foram exibidos vídeos e fotos das invasões em diversas propriedades. Ocorreram também depoimentos de produtores, a exemplo de André Campo e Zé Mota, relatando o pânico vivido e a situação em que se encontram atualmente, fora de suas terras. O primeiro contou que a invasão aconteceu em julho de 2022, enquanto trabalhava, por dez homens encapuzados e armados, seguidos de mais de 50 pessoas. "Não tive contato próximo, saímos correndo. A polícia tentou intermediar para retirar os bens, eles não aceitaram, expulsaram a PM, botaram fogo em arquivos, roubaram todos os equipamentos", denunciou.

Segundo o presidente da Agronex, Mateus Bonfim, no Brasil os indígenas ocupam uma área correspondente a dos estados da Bahia, Espírito Santo e São Paulo juntos. "Esses estados têm um total de 58 milhões de habitantes, sendo que tem só um milhão de indígenas, que ainda querem mais terras", questionou.

Ele reclamou o tratamento desigual dado aos produtores "Parece que não somos seres humanos. Lá pegamos um indígena com flagrante de roubo, saindo com o café de uma propriedade, a polícia faz o flagrante e, na delegacia, diz que não pode ser preso", afirmou.

Do mesmo modo, o advogado Flávio Roberto dos Santos apontou falha do Poder Judiciário que, um ano depois, ainda não deferiu liminar para as demandas, principalmente nas invasões em Eunápolis e Teixeira de Freitas e questionou a legalidade das ocupações de terras em processo de demarcação de terra indígena de

Barra Velha e Comexatibá. "Temos uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, que foi questionada, mas não suspensa pelo STF. Ainda que isso não existisse, a decisão do STF diz que os proprietários só podem ser retirados das suas propriedades com justa e prévia indenização", colocou.

DENÚNCIAS

O deputado federal Capitão Alden (PL) manifestou a preocupação do Congresso Nacional com a situação dos proprietários rurais baianos. "Tenho recebido muitas denúncias de invasão de terra na Bahia, e a maioria os processos não está andando. Estão sentando em cima desses processos, perpetrados por índios ou falsos índios, e membros do MST", lamentou.

O parlamentar comemorou aprovação de requerimento de urgência pelo Congresso, que torna mais grave o crime de invasão por esbulho possessório, invasão com violência, e dá garantia efetiva às polícias militares para agir, mesmo sem autorização judicial. Também citou a experiência de Mato Grosso e Goiás, onde mais de 55 tentativas de invasão não foram concretizadas, "porque a Polícia Militar tem autoridade para diante de uma preparação de invasão, dispersando os invasores. O marco temporal já está valendo e a lei tem que ser cumprida", disse.

AÇÕES

Da parte do Poder Público, o coronel Anselmo Brandão informou sobre as ações da Secretaria de Agricultura, com a criação de uma comissão permanente, fazendo interlocuções e buscando saídas consensuais para os conflitos de terra. Também citou a experiência exitosa em Vitória da Conquista, com a criação de uma companhia independente que trata da segurança no campo. "É hora de

cobrar e buscar o andamento, mas também de reconhecer o que o Estado tem feito para dar suporte. No ano passado 56 invasões aconteceram e todas as reintegrações ocorreram sem incidentes", relatou.

O major Michael, representando a SSP, destacou o teor mais social que policial do problema e a necessidade da transversalidade para resolver os conflitos fundiários, com a participação de todos os órgãos públicos. Segundo ele, de 2016 até 2023, 2 mil reintegrações de posse foram feitas na capital e interior, sem qualquer fratura ou consequências graves.

"A contenda possessória sempre vai existir, mas o que a gente precisa é proteger essas pessoas. A vida vai estar sempre acima de todos os bens tutelados pelo Estado. O que a gente precisa é achar formas eficazes, as soluções para trazer formas pacíficas para essas contendas, ouvir a contrapartida para trazer distensionamento do campo e da cidade", ponderou.

As ações da SSP colocadas pelo major Michael foram elogiadas pelo presidente da Unagro, Luis Neto, que, por outro lado, sugeriu uma análise mais detalhada do contexto, para que a busca do afastamento do conflito não penalize em excesso o produtor rural. "Sempre orientamos que todas as ações sejam pautadas dentro do que a lei determina, de forma pacífica, sempre com o diálogo. Mas é preciso que a gente deixe de relativizar a Constituição, trate crime como crime, e dê atenção aos conflitos sociais, mas não permitindo que os direitos individuais sejam agredidos como vêm acontecendo na Bahia", acrescentou.

ENCAMINHAMENTOS

Como resultado da audiência, a comissão determinou vários encaminhamentos, entre eles a solicitação para uma reunião conjunta com a SSP, o MPF, o MP, Justiça Federal, Tribunal de Justiça e outros órgãos afins, para tratar dos mandados de

prisão em aberto, das ações judiciais que estão em curso e dos boletins de ocorrência dos inquiridos, para dar as respostas necessárias e os desfechos que eles merecem.

Ficou decidido, também, a criação de um grupo parlamentar para acompanhar as situações de perto, e o envio dos dados para contribuir com o núcleo de pacificação de conflitos do Ministério Público do Estado.

Para o proponente do debate, a situação é estarrecedora e ultrapassa o limite do bom senso. "Não estamos lidando com pessoas que estão lutando por direitos legítimos, mas sim com pessoas que cometem crimes. Vamos nos redobrar para elucidar todos os fatos, para apurar as fazendas que foram invadidas, os boletins de ocorrências lavrados, os vídeos, fotos, áudios e reportagens, os documentos, mapas notariais, explicando a situação e pedindo providências", disse Dr. Diego Castro, que garantiu o monitoramento da comissão, para que as medidas necessárias sejam adotadas.

Compuseram a mesa do evento, aberto pelo presidente do colegiado, Pablo Roberto (PSDB) e conduzida pelo proponente, o deputado federal Capitão Alden (PL); o presidente da Associação de Agronegócio do Extremo Sul da Bahia (Agronex), Mateus Bonfim Mendes; o coronel da PM e diretor de Desenvolvimento e Agroinvestimento da Secretaria de Agricultura Anselmo Brandão; o coordenador de Conflitos Fundiários e da Companhia de Mediação de Conflitos Agrários e Urbanos da Secretaria de Segurança Pública (SSP), major Michael; a coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Cíveis, Fundações e Eleitorais, Aurivana Curvelo Braga; o advogado, parecerista, consultor jurídico, Flávio Roberto dos Santos; o presidente da União Agro Bahia (Unagro), Luiz Carlos de Carvalho Bahia Neto; e o presidente do Instituto Agro Bahia, Matheus Andrade.



Evento promovido pela Comissão de Direitos Humanos foi idealizado pelo deputado Dr. Diego Castro (PL)





Os trabalhos foram comandados pela presidente do colegiado, deputada Olívia Santana (PC do B)

Comissão de Educação debate situação salarial dos servidores públicos

Dando continuidade à escuta dos servidores públicos sobre a situação salarial, a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público realizou, nesta terça (14), a 16ª reunião ordinária. A principal preocupação dos parlamentares no encontro foi de apurar informações sobre a negociação com o Executivo estadual.

No debate, os integrantes

do colegiado discutiram as posições dos representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia (Sindsaúde) e da Associação Classista de Educação e Esporte da Bahia (Aceb), que continuam rejeitando a proposta de reajuste salarial linear de 4%, divididos em duas parcelas, sem retroatividade à data-base em janeiro. Os servidores da Saúde plei-

teiam um reajuste de 10%, retroativo a 1º de janeiro.

Presidente do colegiado, a deputada Olívia Santana (PC do B) informou que a Secretaria de Relações Institucionais da Bahia (Serin) recebeu os trabalhadores, mas não houve avanços sobre o reajuste salarial. A parlamentar informou que a Casa Legislativa deve votar em breve o PL do Executivo sobre

o abono salarial de 30% aos professores.

O deputado Hilton Coelho (Psol) protestou contra o Governo do Estado e exigiu que o Executivo respeite os servidores públicos. "O aumento precisa ser de 10%", resumiu.

Também participaram da reunião do colegiado os deputados Robinson Almeida (PT), Soane Galvão (PSB) e Felipe Duarte (PP).

Pancadinha solicita que laudo de fibromialgia seja permanente

A ampliação da validade do laudo de fibromialgia para permanente foi solicitada pelo deputado Pancadinha (SD) ao governador Jerônimo Rodrigues e à secretária estadual da Saúde, Roberta Santana.

Na indicação, encaminhada através da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), o parlamentar explicou que a fibromialgia é uma síndrome multifatorial, de causa ainda desconhecida, crônica e sem cura, que em sua maioria, atinge mulheres com idade entre 30 e 55 anos. Os principais sintomas da doença são dores generalizadas e persistentes, sensibilidade ao toque, síndrome do intestino irritável, pernas inquietas, formigamentos,



Deputado
Pancadinha
(SD)

bexiga irritável, cefaleia (dor de cabeça), fadiga, entre outros.

"É uma doença que impõe aos pacientes impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual e sensorial, que, em interação com as diversas barreiras impostas ao

fibromiálgico, efetivamente obstruem a participação plena e efetiva dele na sociedade. Por isso, a importância de se ter um olhar sensível para os portadores desta doença", esclareceu Pancadinha.

Segundo ele, a proposição visa facilitar a vida de

parte da população baiana que é acometida pela fibromialgia, até que a doença seja contemplada pelo rol de pessoas com deficiência. "Como é sabido que a fibromialgia é uma doença, por enquanto, irreversível, não há motivo para que o laudo seja transitório. É injustificável submeter pessoas com deficiências irreversíveis ao constante processo de revalidação de laudos, o que representa um enorme desrespeito aos cidadãos baianos", disse.

Ele argumentou ainda que a exigência de renovação da documentação médica dificulta o acesso a direitos por pessoas diagnosticadas. "O objetivo desta proposição é assegurar o direito de uma única vez reunir toda documentação médica que precisa, excluindo a necessidade do portador se submeter ao mesmo processo para, ao final, ter a mesma resposta", concluiu o legislador.

ALBA promove evento para criação do Consórcio Público de Energia Elétrica

Foi assinado nesta terça-feira (14), no Auditório Jornalista Jorge Calmon da Assembleia Legislativa, um protocolo de intenções, firmado entre o Governo do Estado e municípios, para a criação do contrato do Consórcio Público de Energia Elétrica e Iluminação Pública do Estado da Bahia. O presidente da ALBA, deputado Adolfo Menezes, disse que esta iniciativa é uma tendência já adotada em outros estados do Brasil e em países como a China e Inglaterra, e ressaltou ainda que as boas práticas devem ser copiadas, mas com adaptação às nossas condições geográficas e populacionais.

“A formação desses consórcios de energia traz benefícios para os municípios, já que as obras serão mais baratas e a economia muito maior. O que acontece é que a maioria dos municípios não têm estrutura para ver se está sendo cobrado a mais nas contas de energia da Coelba. Com o consórcio, pessoas capacitadas terão condições de mostrar aos municípios se a empresa está cobrando errado. Eu torço para que esse pontapé inicial, que foi dado na Casa do Povo, prospere”, destacou o chefe do Parlamento baiano.

Durante o evento, o secretário adjunto da OAB/Brazil de Obras Públicas e Concessões, Jessé Muricy, fez uma longa palestra sobre a criação de um consórcio, definindo como “um instrumento de cooperação para desenvolvimento de projetos, obras, serviços e ações junto ao setor público e sociedade civil”. O advogado falou sobre a legislação vigente, esclareceu a respeito do que este novo órgão público pode fazer e quais as exigências para confirmação do Protocolo de Intenções dos entes federados que participam, convertendo-se posteriormente em Contrato de Consórcio.

Jessé Muricy explicou que o CPEBA fortalece a gestão pública, aumenta a transparência e controle das decisões, agiliza a execução de projetos, rateando e barateando custos, e resolve problemas regionais, sem se limitar às fronteiras dos municípios. Entre



O presidente Adolfo Menezes disse que “boas práticas devem ser copiadas, mas com adaptação às nossas condições geográficas e populacionais”



as vantagens na constituição do consórcio, o advogado cita também a questão da segurança jurídica e a garantia de fazer licitação compartilhada para aquisição de material elétrico, iluminação pública, ou correlatos para o Governo do Estado ou qualquer órgão dos municípios consorciados. No final da exposição, o secretário adjunto da OAB lembrou que o contrato de concessão da Coelba termina em 8 de agosto de 2027.

“A forma do consórcio é a maneira mais inteligente e descentralizadora na execução da política pública. Quando se faz um consórcio, você prepara os municípios em escala para que possam executar as políticas públicas com mais eficiência, seja na

eletrificação de energia, por exemplo, ou no melhoramento da compra de luminárias. A Seplan está aqui para apoiar esta iniciativa, com articulação para ajudar na estruturação dos projetos”, adiantou o secretário estadual de Planejamento, Cláudio Peixoto. De acordo com o gestor, o consórcio pode dinamizar o processo de fornecimento e consumo de energia para fins produtivos e até no quesito prevenção, quando se trata prevenção para os cidadãos. “Já foi comprovado que a iluminação pública deve reduzir os indicadores da violência, trazendo uma maior sensação de segurança para todos os municípios”, assegurou.

Além do chefe da Seplan, participaram do even-

to o coordenador executivo de Planejamento Territorial e Articulação para Consórcios Públicos, Thiago Xavier; o prefeito de Castro Alves e presidente da Federação dos Consórcios Públicos da Bahia, Thiancle Araújo; e o coordenador de Consórcios do Estado da Bahia, Cícero Monteiro, especialistas que fizeram pronunciamentos reafirmando a força de uma gestão consorciada, permitindo firmar convênios, receber auxílio de governo, contribuições e subvenções de outros órgãos. Os prefeitos que decidirem ingressar no Consórcio Público de Energia Elétrica e Iluminação Pública devem procurar a União dos Municípios da Bahia (UPB) para obter outras informações.

Soane Galvão solicita pavimentação de estrada entre Ilhéus e Buerarema

A pavimentação asfáltica bem como a iluminação e sinalizações horizontais e verticais da BA-251, mais especificamente no trecho Ilhéus/Buerarema, sentido distrito de Coutos, com 44,2 km de extensão, foi solicitada pela deputada Soane Galvão (PSB) ao governador Jerônimo Rodrigues e ao secretário estadual de Infraestrutura, Sérgio Brito, em indicação encaminhada através da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

A parlamentar explica, na proposição, que o melhoramento das estradas, dando-lhes condições normais de trafegabilidade,

é imperativo para impulsionar o desenvolvimento das atividades produtivas, de educação, saúde e de outros setores da qualidade de vida populacional.

“As obras de infraestrutura terrestres irão beneficiar famílias ilheenses e baianas com o deslocamento seguro e com o incremento de cargas e de produção, sobretudo, a população local que poderá se locomover mais rapidamente e com maior segurança, o que dinamizará também o fluxo comercial das localidades, ajudando à circulação de mercadorias, gêneros alimentícios e etc”, afirmou Soane Galvão.



Deputada
Soane Galvão
(PSB)

Cláudia Oliveira defende estadualização de estrada entre Itabela e Porto Seguro

A deputada Cláudia Oliveira (PSD) defendeu, em indicação encaminhada ao governador Jerônimo Rodrigues e ao secretário de Infraestrutura, Sérgio Brito, a estadualização da estrada vicinal que conecta os municípios de Itabela e Porto Seguro. A via sai do povoado de São José do Panorama, conhecido como “Queimado”, até o distrito de Trancoso.

No documento, já protocolado na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), a parlamentar destacou os diversos benefícios que a estadualização dessa via poderia trazer para a região em termos socioeconômicos, estruturais e ambientais.

Entre os pontos ressaltados por ela está a melhoria da infraestrutura viária, que poderia resultar

em investimentos significativos na qualidade da estrada, incluindo melhorias no pavimento, na sinalização e na segurança, beneficiando não apenas os moradores locais, mas também os turistas que visitam a região.

“Do ponto de vista econômico, a estadualização da estrada poderia impulsionar o desenvolvimento local, facilitando o acesso ao escoamento da produção agrícola e estimulando o comércio”, afirmou a parlamentar, no documento. “Além disso, o aumento do fluxo de turistas para a região de Porto Seguro, um destino de grande relevância, poderia beneficiar significativamente a economia local”, acrescentou ela.

Cláudia Oliveira também res-



Deputada
Cláudia Oliveira
(PSD)

saltou os impactos positivos em termos de qualidade de vida e segurança para os habitantes da região, bem como a importância de

medidas para minimizar o impacto ambiental, como o planejamento de áreas verdes e práticas de mobilidade sustentável.

Frente Parlamentar Evangélica celebra “Culto da Santa Ceia”



O deputado Hassan (PP) afirmou que o objetivo é “unificar e fortalecer o segmento evangélico”

Em clima de comunhão e gratidão, foi realizado um culto da Santa Ceia, pela Frente Parlamentar Evangélica da ALBA, que quebrou a rotina da Assembleia Legislativa, no começo da tarde desta terça-feira (14) durante culto evangélico, realizado no plenarinho, e coordenado pelo vice-presidente da Frente, deputado Hassan (PP). Ele explicou que a programação, que será realizada mensalmente, tem o objetivo de unificar e fortalecer o segmento evangélico, reunindo deputados e funcionários da Casa Legislativa.

O “Culto da Santa Ceia” marcou o segundo encontro da Frente. Além de Hassan, participaram do culto os deputados Jurailton Santos (Republicanos), presidente da Frente, e José de Arimateia

(Republicanos), além de muitos funcionários da ALBA, que lotaram o plenarinho, mostrando que já se torna necessário um local mais espaçoso para esses encontros. “A Santa Ceia é memorial para lembrar que Jesus se deu pela salvação da humanidade”, explicou o pastor João Macedo, da Igreja Assembleia de Deus Madureira, e presidente da Ordem dos Pastores de Jequié, que celebrou o culto em harmonia com a pastora Neia Fortunato, do Ministério Apostólico Videira. A pastora Neia Fortunato enfatizou a importância e necessidade de ouvir a voz de Deus, para um despertar espiritual, e o pastor João frisou a responsabilidade dos deputados, dignos e honrados, chamados para fazer a diferença.

EXPEDIENTE

O Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia foi instituído através da Resolução nº 1.694/2015 de 23 de dezembro de 2015 que acrescenta o art. nº 231-A à Resolução nº 1.193, de 17 de janeiro de 1985, regulamentado pela Resolução da Mesa Diretora nº 127/2015.

MESA DIRETORA

Presidente

Deputado Adolfo Menezes

1º Vice-Presidente

Deputado Zé Raimundo Fontes

2º Vice-Presidente

Deputado Marquinhos Viana

3º Vice-Presidente

Deputado Antônio Henrique Júnior

4º Vice-Presidente

Deputado Laerte do Vando

1º Secretário

Deputado Marcelinho Veiga

2º Secretário

Deputado Samuel Junior

3º Secretário

Deputado Vítor Azevedo

4º Secretário

Deputado Zó**SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS**

EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA..... 10
 NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES..... 11

SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH..... 13

SAP - DEPARTAMENTO DE ATOS OFICIAIS

EXPEDIENTE DESPACHADO PELA PRESIDÊNCIA

EMENDA Nº 01

AO PROJETO DE LEI Nº 25.323/2024

Emenda Modificativa do Projeto de Lei nº 25.323/2024, ampliando o reajuste dos servidores.

Art. 1º - Modifica-se o art. 1º, §1º, do Projeto de Lei nº 25.323/2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“

Art. 1º.....

§ 1º - A revisão geral de que trata o caput deste artigo será de 10% (dez por cento), incidindo sobre os valores dos vencimentos, subsídios, soldos, gratificações e símbolos, a partir de janeiro de 2024.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende garantir a revisão geral do ano de 2024 na data base estabelecida em lei para os servidores, no percentual de 10% reivindicado pelas diversas categorias do funcionalismo público estadual, como forma de minorar as perdas salariais ocasionadas pelos mais de sete anos sem reajustes, desde o ano de 2015.

Sala das Sessões, 14 de maio de 2024.

Deputado HILTON COELHO

(Junte-se ao Processo.)

EMENDA Nº 01

AO PROJETO DE LEI Nº 25.327/2024

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 25.327/2024.

Art. 1º - Acresce-se novo art. 18 ao Projeto de Lei nº 25.327/2024, renumerando-se todos os artigos subsequentes, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. Os servidores ocupantes dos quadros especiais previstos na Lei nº 12.578, de 26 de abril de 2012, no art. 1º da Lei nº 13.569, de 18 de agosto de 2016, no art. 1º da Lei nº 13.809, de 04 de dezembro de 2017 e no art. 6º da Lei nº 14.039, de 20 de dezembro de 2018, são reenquadrados para o grau III do padrão que atualmente ocupam, passando a ser plenamente reenquadrados na Carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, com os mesmos direitos e obrigações estabelecidas na Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002.

Parágrafo único: Os servidores que percebiam remuneração por subsídios, na forma da Lei nº 12.578, de 26 de abril de 2012, passam a ser remunerados nos mesmos moldes dos demais servidores da

Carreira do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio, com reenquadramento funcional, com os mesmos direitos e obrigações estabelecidas na Lei nº 8.261, de 29 de maio de 2002”.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda pretende corrigir distorções criadas nos últimos anos pelo Poder Executivo do Estado da Bahia, criando quadros especiais e pagamento por subsídios para alguns docentes, que acabam por criar servidores de “segunda categoria”.

Assim, a emenda propõe o reenquadramento de todos os docentes nos Padrões I, I-A, II e II-A e que recebam subsídio ao Estatuto do Magistério da Rede Básica. Estes profissionais foram simplesmente retirados da tabela de vencimentos da carreira por legislações específicas, o que praticamente congelou seus salários e impediu avanços, consolidando-os com vencimento muito distantes dos demais integrantes da categoria, desrespeitando a Lei do Piso Nacional do Magistério.

Sala das Sessões, 14 de maio de 2024.

Deputado HILTON COELHO - PSOL

(Junte-se ao Processo.)

NOTICIÁRIO DAS COMISSÕES

PARECERES ÀS INDICAÇÕES

Nº 27.230/2024 - DEPUTADA SOANE GALVÃO - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, a construção de uma nova Rodoviária no Município de Porto Seguro.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES

Nº 27.231/2024 - DEPUTADA SOANE GALVÃO - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e à Secretaria de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicações - SEINFRA, que intercedam e mobilizem os órgãos competentes Governamentais e/ou Privados juntamente com as empresas aéreas, revisão dos estudos técnicos necessários objetivando viabilidade econômica e operacional de custos mais acessíveis nas passagens aéreas bem como estabilidade na programação de aterrissagens e decolagens de aeronaves junto às companhias aéreas que operam voo no trecho Salvador - Ilhéus e vice-versa nos referidos aeroportos.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARQUINHO VIANA

Nº 27.232/2024 - DEPUTADA CLÁUDIA OLIVEIRA - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, a estadualização da estrada vicinal que liga o Município de Itabela ao Município de Porto Seguro.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÓ

Nº 27.233/2024 - DEPUTADO MARCELINO GALO - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, a necessidade de promover o asfaltamento de 32Km da rodovia BA-142, estrada que liga o povoado de Volta Grande ao Município de Utinga.

PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO LAERTE DO VANDO

Nº 27.234/2024 - DEPUTADO PANCADINHA - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e à Excelentíssima Senhora Secretária Estadual de Saúde, a ampliação da validade do laudo de fibromialgia para permanente, no Estado da Bahia.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARCELINHO VEIGA

Nº 27.235/2024 - DEPUTADO HASSAN - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e à Secretária de Educação do Estado da Bahia em exercício, a modernização do Centro Estadual de Educação Profissional em Gestão e Tecnologia da Informação Regis Pacheco, no Município de Jequié.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR

Nº 27.236/2024 - DEPUTADO HASSAN - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, Jerônimo Rodrigues, e à Secretária de Educação do Estado da Bahia em exercício a modernização do Colégio Modelo Luis Eduardo Magalhães, no Município de Jequié.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO VITOR AZEVEDO

Nº 27.237/2024 - DEPUTADA SOANE GALVÃO - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado da Bahia, e ao Secretário de Infraestrutura de Transportes, Energia e Comunicações - SEINFRA, a pavimentação asfáltica, iluminação e sinalizações horizontais e verticais da BA-251, mais especificamente no trecho Ilhéus/ Buerarema - sentido Distrito de Coutos - 44,20 km de extensão.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR

Nº 27.238/2024 - DEPUTADO PABLO ROBERTO - Indica ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Jerônimo Rodrigues, que realize a transferência, na modalidade de doação, de percentual dos recursos do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP), ao estado do Rio Grande do Sul, para combate às enchentes e auxílio à população.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR

PARECERES ÀS MOÇÕES

Nº 27.327/2024 - DEPUTADO MARCINHO OLIVEIRA - Moção de Congratulações ao povo do Município de NORDESTINA pela passagem do 39º aniversário de emancipação política.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES

Nº 27.328/2024 - DEPUTADA CLÁUDIA OLIVEIRA - Moção de Aplausos ao povo do Município de EUNÁPOLIS pela passagem do 36º aniversário de emancipação política.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES

Nº 27.329/2024 - DEPUTADA CLÁUDIA OLIVEIRA - Moção de Aplausos pelos 13 anos de criação da Secretaria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres -SPM
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES

Nº 27.330/2024 - DEPUTADO JOSÉ DE ARIMATEIA - Moção de Congratulações e Aplausos ao povo da Cidade de MARAGOJIBE pela passagem do 174º aniversário de emancipação político-administrativa.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES

Nº 27.331/2024 - DEPUTADO JOSÉ DE ARIMATEIA - Moção de Congratulações e Aplausos em alusão ao Dia do Taquígrafo.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARQUINHO VIANA

Nº 27.332/2024 - DEPUTADO JÚNIOR NASCIMENTO - Moção de Congratulações ao povo do Município de FILADÉLFIA pela passagem do 39º aniversário de emancipação política, comemorado no dia 09 de maio.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARQUINHO VIANA

Nº 27.333/2024 - DEPUTADO JÚNIOR NASCIMENTO - Moção de Congratulações ao povo do Município de JUSSARI pela passagem do 39º aniversário de emancipação política, comemorado no dia 09 de maio.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARQUINHO VIANA

Nº 27.334/2024 - DEPUTADO JÚNIOR NASCIMENTO - Moção de Congratulações ao povo do Município de CAPIM GROSSO pela passagem do 39º aniversário de emancipação política, comemorado dia 09 de maio.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÓ

Nº 27.335/2024 - DEPUTADO JÚNIOR NASCIMENTO - Moção de Congratulações ao povo do Município de JOÃO DOURADO pela passagem do 39º aniversário de emancipação política, comemorado no dia 09 de maio.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÓ

Nº 27.336/2024 - DEPUTADA CLÁUDIA OLIVEIRA - Moção de Aplausos pela inauguração da nova sede do Batalhão de Policiamento de Proteção à Mulher, em Lauro de Freitas.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO ZÓ

Nº 27.337/2024 DEPUTADA CLÁUDIA OLIVEIRA - Moção de Aplausos pelos 57 anos de fundação do Apostolado da Oração (AO), na Catedral Diocesana de Eunápolis/BA.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO LAERTE DO VANDO

Nº 27.338/2024 - DEPUTADO RICARDO RODRIGUES - Moção de Congratulações ao povo do Município de CAPIM GROSSO pela passagem do 39º aniversário de emancipação política.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO LAERTE DO VANDO

Nº 27.339/2024 - DEPUTADO MARCINHO OLIVEIRA - Moção de Congratulações ao povo do Município de TEIXEIRA DE FREITAS pela passagem do 39º aniversário de emancipação política.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO LAERTE DO VANDO

Nº 27.340/2024 - DEPUTADA NEUSA CADORE - Moção de Congratulações ao povo do Município de PINTADAS pela passagem do 39º aniversário de emancipação política, comemorado no dia 09 de maio.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARCELINHO VEIGA

Nº 27.341/2024 - DEPUTADA NEUSA CADORE - Moção de Congratulações ao povo do Município de CAPIM GROSSO pela passagem do 39º aniversário de emancipação política, comemorado no dia 09 de maio.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARCELINHO VEIGA

Nº 27.342/2024 - DEPUTADA NEUSA CADORE - Moção de Congratulações ao povo do Município de BARRO ALTO pela passagem do 39º aniversário de emancipação política, comemorado no dia 09 de maio.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO MARCELINHO VEIGA

Nº 27.343/2024 - DEPUTADA NEUSA CADORE - Moção de Congratulações ao povo do Município de BURITIRAMA pela passagem do 39º aniversário de emancipação política.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR

Nº 27.344/2024 - DEPUTADA CLÁUDIA OLIVEIRA - Moção de Aplausos pelo Dia Nacional do Turismo.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR

Nº 27.345/2024 - DEPUTADA CLÁUDIA OLIVEIRA - Moção de Aplausos pelo Dia Internacional da Luta Contra a Endometriose.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO SAMUEL JUNIOR

Nº 27.346/2024 - DEPUTADA MARIA DEL CARMEN - Moção de Aplausos pela concessão do Título de Professora Emérita da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAUUSP à Professora Ermínia Maricato.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO VITOR AZEVEDO

Nº 27.347/2024 - DEPUTADO PANCADINHA - Moção de Congratulações ao povo do Município de ARATACA pela passagem do 39º aniversário de emancipação política.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO VITOR AZEVEDO

Nº 27.348/2024 - DEPUTADO PANCADINHA - Moção de Congratulações ao povo do Município de JUSSARI pela passagem do 39º aniversário de emancipação política.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO VITOR AZEVEDO

Nº 27.349/2024 - DEPUTADO PANCADINHA - Moção de Congratulações e Aplausos ao povo do Município de SANTA LUZIA pela passagem do 39º aniversário de emancipação político-administrativa, comemorado no dia 10 de maio.
PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
RELATOR: DEPUTADO VITOR AZEVEDO

Nº 27.350/2024 - DEPUTADO JOSÉ DE ARIMATEIA - Moção de Congratulações e Aplausos ao povo da Cidade de EUNÁPOLIS pela passagem do 36º aniversário de emancipação político-administrativa.
 PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
 PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
 RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR

Nº 27.351/2024 - DEPUTADO JOSÉ DE ARIMATEIA - Moção de Congratulações e Aplausos ao povo da Cidade de JAGUARIBE pela passagem do 125º aniversário de emancipação político-administrativa.
 PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
 PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
 RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR

Nº 27.352/2024 - DEPUTADA SOANE GALVÃO - Moção de Congratulações ao povo do Município de CONDEÚBA pela passagem do 163º aniversário de emancipação político-administrativa, comemorado no dia 14 de maio.
 PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
 PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
 RELATOR: DEPUTADO ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 10.493/2024

DEPUTADO EMERSON PENALVA - Requer licença para tratamento médico por um período de 14 dias, a partir do dia 10/05/2024, conforme atestado médico apresentado.
 PARECER (Da Comissão Diretora): PELA APROVAÇÃO
 PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES
 RELATOR: DEPUTADO ZÓ

SRH - SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

ATOS ADMINISTRATIVOS - SRH

PORTARIAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS
 Nº. 433/2024 - Conceder aos servidores abaixo relacionados, Incentivo Funcional de mais 05% (cinco por cento), por haverem concluído o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, de acordo com o art. 37, inciso I, alínea "a", e seu parágrafo único, da Lei n.º 8.971/2004:

Processo	Cad.	Servidor	Curso	Vigência
200.15020/2024-56	933.734	ICARO RAFAEL VASQUES LUTIGARDS	BANCO DE DADOS	06/05/2024
200.15020/2024-56	933.734	ICARO RAFAEL VASQUES LUTIGARDS	GERENCIAMENTO DE PROJETOS-TI	06/05/2024
200.15055/2024-80	933.306	VALNEI SOUZA ROCHA	DIREITO PÚBLICO	08/05/2024

Nº. 434/2024 - Conceder aos servidores abaixo relacionados, Incentivo Funcional de mais 05% (cinco por cento), por haverem concluído Curso de Especialização com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, de acordo com o art. 4º, inciso II da Resolução nº. 1695, de 04 de março de 2016:

Processo	Cad.	Servidor	Curso	Vigência
200.15083/2024-41	923.484	MIRIAN MENEZES FARIAS	GESTÃO DA QUALIDADE NAS EMPRESAS	09/05/2024
200.14973/2024-21	933.986	MAURA LUCIA DA SILVA GUIMARAES	PSICOPEDAGOGIA	02/05/2024

Nº. 435/2024 - Permitir que o servidor ANTONIO MARCOS BATISTA GOUVEIA, Técnico Legislativo, TLC06, cadastro n.º 050.584, entre em gozo de 01 (um) mês de Licença-Prêmio, no período 15/05/2024 a 13/06/2024, que lhe foi concedido pela Portaria nº. 7.815/2002, restando 01 (um) mês para gozo em época oportuna.

Nº. 436/2024 - Permitir que a servidora IARA MARIA LOUREIRO DE OLIVEIRA, Analista Legislativo, ALC06, cadastro n.º 193.609, entre em gozo de 01 (um) mês de Licença-Prêmio, no período 10/06/2024 a 09/07/2024, que lhe foi concedido pela Portaria nº. 461/2018, restando 03 (três) meses para gozo em época oportuna.

Nº. 437/2024 - Permitir que o servidor PAULO ROBERTO NUNES DA SILVA, Auxiliar Administrativo, TLC06, cadastro n.º 198.419, entre em gozo de 01 (um) mês de Licença-Prêmio, no período 17/06/2024 a 16/07/2024, que lhe foi concedido pela Portaria nº. 1.222/2022.

Licença-Médica - Deferida:

Servidor: JOSUE DA CRUZ RAMOS

Cadastro: 903.226

Origem: Processo nº. 200.13539/2024-16 - Atendimento Médico: 275812

Assunto: Licença-Médica de 60 (sessenta) dias, prorrogada no período de 10/05/2024 a 08/07/2024.



**GESTÃO DA INFORMAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO**



DOOL

Portal e aplicativo de celular que oferecem acesso a informações publicadas no Diário Oficial do Estado, de forma ágil e fácil, possibilitando fazer buscas por temas.

dool.egba.ba.gov.br
71 3343-2887





**DIÁRIO OFICIAL
PUBLICA BAHIA**

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras, com baixo custo e segurança.

EGBA: 71 3343-2850/2865
www.egba.ba.gov.br





LOGÍSTICA

EGBA: 71 3343-2880/2856 • www.egba.ba.gov.br

